

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013.
(Do Sr. Camilo Cola)

Dispõe sobre o serviço civil obrigatório remunerado, aos graduados da área de saúde, em instituições de ensino custeados por recursos públicos, nos municípios com menos de 100 mil habitantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, o serviço civil obrigatório remunerado, aos graduados da área de saúde em instituições de ensino custeados por recursos públicos, nos municípios com menos de 100 mil habitantes.

Parágrafo único. Os serviços a que se refere esta Lei serão supervisionados, com carga horária mínima de 05 (cinco) horas diárias e terá duração de 12 (doze) meses, sem direito a prorrogação.

Art. 2º. A remuneração devida aos profissionais da área de saúde, será a mesma paga pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos profissionais da área.

Art. 3º O Poder Público Federal, criará um cadastro nacional para que as prefeituras possam se cadastrar e requisitar os profissionais da área de saúde.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil, os municípios pequenos desativam leitos, reduzem os exames diagnósticos, equipes de saúde e médicos na tentativa de se viabilizarem economicamente, falta medicamentos, materiais, equipamentos e os meios de diagnóstico, tornando assim inviável o atendimento digno e com a qualidade que a população merece, pois é um dever constitucional do Estado.

A oferta nos municípios com menos de 100 mil habitantes só é feita para as doenças de baixa complexidade, sendo transferidos para centros maiores os casos de média complexidade, o que explica a superlotação dos serviços médicos nos grandes centros.

A pesquisa divulgada pelo CFM e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo no fim do ano passado, o estudo “Demografia Médica no Brasil” mostra que, em termos absolutos, o Brasil é o quinto país do mundo com o maior número de médicos. São ao todo 371.788 profissionais, 4,05% da população médica mundial e 19,2% dos médicos das Américas. Está atrás apenas da China (1.905.436), Estados Unidos (793.648), Índia (640.801) e Rússia (614.183). Na relação médicos/ mil habitantes, porém, apenas alguns Estados brasileiros estão bem posicionados no cenário internacional. A taxa nacional é de 1,95, índice igual ao da Coreia do Sul e melhor que os de países africanos, asiáticos, Chile (1,09) e Turquia (1,64). Por outro lado, é inferior à taxa de diversos países europeus e latino-americanos, como Cuba (6,39), Grécia (6,04), Áustria (4,77), Rússia (4,31), Uruguai (3,73), Alemanha (3,64), França (3,28), Argentina (3,16), México (2,89), Estados Unidos (2,67), entre outros. A China tem 1,41 médico por mil habitantes, enquanto Índia possui 0,60 e África do Sul 0,77.

Com a apresentação do referido projeto de lei, pretende-se, através da instituição do trabalho de caráter compensatório para os recém-graduados em cursos da área de saúde realizados em instituições públicas, ou financiados por recursos públicos, reduzir desigualdades na distribuição de profissionais no território nacional e melhorar os indicadores de saúde em áreas onde há carência destes profissionais, pois temos de considerar o impacto positivo da medida no mercado de trabalho e o maior aperfeiçoamento que a experiência trará aos novos profissionais.

Por isso, estamos certos de contar com o apoio dos nobres pares, em ambas as Casas do Congresso, no sentido do aprimoramento e da aprovação do projeto ora apresentado.

Sala das Sessões, em 24 de Abril de 2013.

Deputado **CAMILO COLA**